NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Notificante:

Marina Fictícia Vale, brasileira, solteira, professora, CPF fictício nº 000.000.000-00, residente e domiciliada na Rua dos Exemplos, 27, Campinas/SP, CEP fictício 00000-027, neste ato representada por sua advogada, nos termos da procuração anexa.

Notificada:

Banco Semente Fictício S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ fictício sob o nº 00.000.000/0001-27, com endereço na Avenida das Simulações, 270, Campinas/SP, CEP fictício 00000-270.

Assunto: Cobrança de tarifa não contratada e pedido de cessação e restituição de valores

Prezados Senhores,

Na qualidade de procuradora de **Marina Fictícia Vale**, venho, pela presente, **NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE** essa instituição financeira em razão da cobrança indevida de tarifa bancária não contratada, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. Dos fatos

A Notificante identificou em seu extrato bancário a realização de **dois débitos no valor de R$ 89,90 cada**, ocorridos em **02/09/2026** e **02/10/2026**, ambos identificados como **tarifa de pacote**, totalizando **R$ 179,80**.

Ao buscar esclarecimentos junto ao serviço de atendimento ao consumidor dessa instituição, foi registrado o protocolo **SAC-27**, em **05/10/2026**, ocasião em que houve a informação de que **não foi localizada autorização da cliente para a contratação do referido pacote tarifário**. Apesar desse reconhecimento, **não houve o correspondente estorno dos valores**, tampouco a solução administrativa do problema.

Ressalta-se que a Notificante **não contratou a tarifa em questão**, razão pela qual a cobrança se revela indevida.

2. Do direito

A relação jurídica em questão é de consumo, submetendo-se às disposições do **Código de Defesa do Consumidor**, especialmente aos princípios da **boa-fé objetiva**, da **transparência** e do **dever de informação adequada**, além da vedação à cobrança de valores sem base contratual válida.

Uma vez inexistente autorização para a cobrança, conforme reconhecido inclusive no atendimento prestado pela própria Notificada, impõe-se a imediata interrupção do débito e a restituição dos valores indevidamente cobrados.

3. Dos pedidos

Diante do exposto, a Notificante requer que essa instituição financeira, **no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento desta notificação**, providencie:

1. **A imediata cessação da tarifa não contratada**, abstendo-se de realizar novos débitos a esse título;

2. **A restituição simples do valor total de R$ 179,80**, correspondente aos débitos realizados em 02/09/2026 e 02/10/2026;

3. **Resposta formal por escrito**, informando as providências adotadas para a solução definitiva da questão.

4. Da advertência final

O não atendimento da presente notificação no prazo assinalado ensejará a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive com **avaliação de encaminhamento ao Procon e eventual ajuizamento da ação pertinente**, sem prejuízo de outros direitos da consumidora.

5. Documentos anexos

Seguem anexos para instrução desta notificação:

- **Extrato fictício**, contendo os débitos de R$ 89,90 em 02/09/2026 e 02/10/2026, identificados como tarifa de pacote;

- **Protocolo fictício do SAC**, datado de 05/10/2026, no qual foi informada a não localização de autorização para o pacote, sem registro de estorno;

- **Procuração fictícia**, outorgando poderes para representação da Notificante.

Sem mais, aguarda-se o pronto atendimento.

Campinas/SP, ____ de _____ de 2026.

_____

Advogada da Notificante

OAB/___ nº _____

_____

Marina Fictícia Vale

Se quiser, posso também transformar essa notificação em:

1. **modelo com linguagem mais firme**,

2. **modelo mais simples para envio por e-mail**, ou

3. **versão pronta em formatação de petição/timbre**.